

País recusa proposta

RENATO COSTA

nomia

Dívida Externa

Brasília, sábado, 10 de novembro de 1990

9

de pagar US\$ 2,5 bi

O embaixador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster, deverá voltar a Nova Iorque na próxima terça-feira, possivelmente com a oferta de "algum pagamento" dos juros atrasados aos bancos credores privados, revelaram ontem fontes governamentais. O Brasil, contudo, não vai aceitar a contraproposta do comitê assessor dos bancos de pagar 2,5 bilhões de dólares valor que, segundo o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, é alto e incompatível com o nível das reservas cambiais do País.

O sinal de que o Brasil poderia ceder na proposta original de não pagar nada de juros este não veio do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Ele pediu mudanças no dispositivo da resolução 55-do Senado, a ser votada em plenário e que proíbe o paga-

mento dos juros em atraso, antes da assinatura do acordo de reescalonamento da dívida. A amortização parcial, no entanto, somente será realizada se não comprometer a capacidade de pagamento e a garantia de retorno de crescimento do País. "Estamos abertos a qualquer proposta e pagamento, desde que seja feito um arranjo financeiro que não acabe implicando maiores dificuldades para o Brasil", disse Kandir.

Dauster chegou ontem de Nova Iorque, depois de receber a contraproposta do comitê dos bancos credores. Ele ligou de manhã para Kandir para marcar uma reunião à tarde, no Banco Central, com a participação de Eris, para um relato detalhado das conversações com os banqueiros. Não quis falar com a

imprensa. "Farei alguma declaração somente depois de conversar com a ministra Zélia, na segunda-feira", mandou dizer, através da assessoria de imprensa do Banco Central.

A contraproposta dos bancos credores é semelhante à apresentada ao ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em 1987. Na ocasião, os bancos exigiram o pagamento de 30 por cento dos juros atrasados e a capitalização do restante. O problema é que o ministro caiu, dando lugar a Máílson da Nóbrega, e os banqueiros não quiseram amarrar o acordo, lembrou um técnico do Ministério da Economia. Segundo este técnico, diante da experiência do passado recente, antes de qualquer acordo o Brasil deverá exigir maiores garantias para seu efetivo cumprimento.